

Assinatura eletrônica para iniciativa popular 2

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Senador Paulo Paim coordena audiência pública que reuniu Lucieni Pereira, Claudia Lyra e Maria Lucia Fattorelli na CDH

Senado recebe elogios pela criação do Portal e-Cidadania

Em debate, representantes do governo e da sociedade reconhecem empenho em atrair cidadão para o processo legislativo. **2**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.677 – Brasília, terça-feira, 12 de junho de 2012



Comissão propõe consenso de estados para incentivos fiscais

Pedro Franco/Agência Senado



Presidente do colegiado, Nelson Jobim (E) ouve o relator, Everardo Maciel, anunciar as sugestões definidas na reunião de ontem

Exigir aprovação de todas as unidades da Federação é caminho para acabar com guerra fiscal, segundo especialistas que sugerem novo pacto federativo

Relator da comissão especial, Everardo Maciel recomenda um “regime extremamente duro” para impedir que os 26 estados e o Distrito Federal concedam benefícios fiscais ilegais no ICMS. Colegiado recomenda o IPCA como novo indexador das dívidas com a União e dia 25 deve concluir análise de outros dois temas polêmicos: *royalties* e Fundo de Participação dos Estados. **7**

Sequestrador que se arrepende poderá ficar livre de punição

Na última rodada de trabalho, juristas encarregados de anteprojeto do novo Código Penal também incluíram o racismo entre os crimes hediondos. **6**



O relator da comissão de juristas, Luiz Carlos Gonçalves, com o senador Pedro Taques: parecer deve ser votado dia 18

José Cruz/Agência Senado

Marconi será ouvido hoje pela CPI do Cachoeira 3

Rolleberg e Cristovam pedem fim do voto secreto 3

Ciro alerta para a perda de competitividade brasileira 8

Davim critica MP que aumenta a jornada dos médicos 4

Jonas Pereira/Agência Senado



especial
Cidadania

Em 10 anos, lei da linguagem dos sinais gera avanços

Surdos vêm ganhando mais espaço na sociedade desde que a Libras se tornou “meio legal de comunicação” no Brasil. **4 e 5**

Mestrandos em Linguística conversam em aula na Universidade de Brasília, que oferece intérprete de Libras

Durante audiência na Comissão de Direitos Humanos, representantes de entidades governamentais e da sociedade civil reconhecem empenho do Senado pela participação popular e pela transparência

Portal aproxima cidadão do processo legislativo

REPRESENTANTES DE ENTIDADES governamentais e da sociedade civil reconheceram o empenho do Senado em atrair o cidadão para participar do processo de elaboração de leis e fiscalização da atuação parlamentar e do gasto público por meio do Portal e-Cidadania, lançado em maio. Em audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), eles recomendaram uma maior divulgação da iniciativa para que possa se tornar um instrumento efetivo de ampliação da democracia e da transparência no setor público.

A secretária-geral do Senado, Claudia Lyra, explicou que o portal está estruturado em três eixos básicos de interação com o cidadão. O primeiro, e-representação, permite sugestões e apoio de temas para debate nas comissões e contato direto com os senadores. Pelo e-legislação, é possível propor leis ou mudanças nas normas em vigor. Já no e-fiscalização, o cidadão acompanha os gastos públicos e as ações administrativas do Senado.

Segundo Claudia Lyra, as sugestões de temas para discussão precisam receber apoio de 10 mil internautas para seguir para as comissões. Para que uma proposta de iniciativa popular seja analisada pela CDH e, se aprovada, comece a tramitar como projeto de lei no

Senado, precisa de 20 mil adesões. Em novembro, novidades devem ser lançadas, como a possibilidade de os internautas se manifestarem durante os debates nas comissões e sugerirem emendas a projetos de lei em tramitação na Casa.

Ficha Limpa

A mobilização social que impulsionou a aprovação da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10), fruto de projeto de iniciativa popular, foi lembrada no debate. A auditora do Tribunal de Contas da União (TCU) Lucieni Pereira aposta que a aplicação da lei a partir deste ano “vai inaugurar uma era eleitoral mais democrática e ética”.

Jovita Rosa, diretora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), disse estar convencida de que a lei provocou a “dignificação da política brasileira”.

Após classificar o e-Cidadania como “um instrumento fundamental para a democracia e a transparência”, o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), lembrou que a ideia do Estatuto do Idoso, fruto de projeto de sua autoria, veio da carta de um cidadão do Rio de Janeiro enviada ao seu gabinete quando ainda era deputado.

— Quantas belas ideias já perdemos porque não havia um canal que nos levasse até elas? — lamentou.

Em debate, sugestões para aprimoramento do e-Cidadania

A audiência da CDH sobre o e-Cidadania também gerou sugestões para aprimoramento do portal. O representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Igor Tokarski, sugeriu a instituição de prêmios para usuários regulares dessa ferramenta e recomendou a abertura de fóruns de debates virtuais entre parlamentares, cidadãos e especialistas sobre temas em análise no Congresso.

Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do Ministério Público junto ao TCU, propôs a disponibilização de dados sobre os tribunais de contas municipais e estaduais no canal e-fiscalização. Ele destacou a importância do controle social “tendo em vista a desorganização interna e as falhas na forma de recrutamento e qualificação” dos membros dessas cortes. A possibilidade de controle externo dos tribunais de contas está em análise na Câmara e no Senado.

A CDH também aprovou requerimento de audiência sobre assassinatos de indígenas e de camponeses.

Para Jucá, cúpula é oportunidade para renovar compromissos

Romero Jucá (PMDB-RR) disse que a Rio+20 é uma oportunidade de renovar os compromissos com o desenvolvimento sustentável e de defesa do meio ambiente em todo o mundo.

Em Roraima, relatou Jucá, diversos segmentos da sociedade vêm discutindo iniciativas que garantam a preservação do meio ambiente local e assegurem dignidade às pessoas que vivem naquelas regiões.

Para o senador, a preservação é diretamente proporcional às condições de vida da população.

Jucá também aplaudiu decisão do Ministério da Educação de criar mais vagas para cursos de Medicina. A iniciativa, disse, é importante para as regiões mais carentes do país, como o Norte e o Nordeste.

O senador defendeu a implantação de mais um curso de Medicina em Roraima.



Moreira/Alanz/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Divisão do ICMS

14h Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, das propostas de emenda à Constituição que tratam da divisão, entre estados de origem e de destino, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

PRESIDÊNCIA: Reunião de líderes e ordem do dia

15h30 José Sarney participa de reunião de líderes. Às 16h, preside a ordem do dia.

CDH: Barreiras da Argentina a produtos nacionais

9h Para debater as barreiras criadas pela Argentina aos produtos brasileiros, a Comissão de Direitos Humanos realiza audiência com a presença, entre outros, dos presidentes da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, e da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah.

CAE: Presidente do Banco Central

11h O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participa de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, para falar sobre as diretrizes e perspectivas futuras da política monetária.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimento de Marconi Perillo

10h15 Reunião da comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as relações de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, com agentes públicos e privados para o depoimento do governador de Goiás, Marconi Perillo.

CE: Classificação etária para crianças em atividades culturais

11h A Comissão de Educação analisa projeto que estabelece classificação por faixa etária para presença de crianças em atividades culturais audiovisuais. Também na pauta, proposta que obriga as escolas de educação básica a identificar, no ato da matrícula, as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento para cuidar de assuntos de interesse do aluno.

CCJ: Duas indicações para o TST

14h30 A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina as indicações de Hugo Carlos Scheuermann e Alexandre de Souza Agra Belmonte para o TST.

CONSELHO DE ÉTICA: Requerimentos

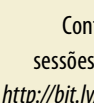
14h30 Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para definição de cronograma de trabalho e votação de requerimentos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 11h segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Júlio Marcelo de Oliveira (E), Claudia Lyra, senador Paulo Paim, Marcelo Minutti e Igor Tokarski em audiência na CDH

Assinatura eletrônica pode valer em iniciativa popular

Proposta que pode mudar a forma de os brasileiros participarem do processo legislativo deve ser votada amanhã na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Pelo PLS 129/10, o cidadão poderá apoiar projetos de lei de iniciativa popular por meio de assinatura eletrônica.

Para propor um projeto ao Congresso sem a iniciativa de parlamentares,

a Lei 9.709/98 exige a adesão de, no mínimo, 1% dos eleitores (1,3 milhão de assinaturas), em pelo menos cinco estados, com um percentual mínimo de eleitores em cada um.

“E, ao trabalho de coleta das assinaturas, é preciso acrescentar um ainda maior, de controle dessas assinaturas, indispensável à prevenção da fraude”, destacou a então senadora Serys Slhessarenko, ao apresentar a proposta.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), é favorável ao projeto, que vai à Comissão de Constituição e Justiça em caráter terminativo. Se aprovado, seguirá para a Câmara.

Até hoje, só dois projetos foram propostos por iniciativa popular: os da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10) e o da criminalização da compra de votos e do uso eleitoral da máquina administrativa (Lei 9.840/99).

Rolleberg pede que senadores aprovem fim do voto secreto amanhã

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) defendeu ontem, em Plenário, a aprovação da proposta de emenda à Constituição que acaba com o voto secreto no Senado. Para o senador, o voto aberto seria mais uma oportunidade de o Congresso contribuir para a democracia no país, a exemplo do que já fez com a Lei da Ficha Limpa, a Lei de Acesso à Informação e a Comissão da Verdade.



Para o senador, voto aberto é contribuição à democracia no país

O Plenário deve apreciar amanhã texto substitutivo de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que acaba com o voto secreto em algumas votações no Senado e mantém outras em sigilo, como a apreciação de vetos do Executivo. O projeto original (PEC 50/06), de Paulo Paim (PT-RS), propõe a abertura de todas as votações do Congresso.

— É importante que o Senado se debruce sobre o tema e possa aprová-lo na quarta-feira, solicitando a quebra do interstício para votação em segundo turno no mesmo dia. Assim poderemos ter o fim do voto secreto aprovado no Senado e conclamar a Câmara a também apreciar a matéria — disse Rolleberg.

Cristovam defende voto aberto em caso de cassação



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) apoiou a PEC 50/06, que já passou por cinco sessões

de discussão e será incluída na pauta de amanhã o Plenário. O senador defendeu a transparência do voto e disse que os parlamentares precisam votar de acordo com as suas próprias consciências, sem ter medo das reações do governo. Ele também defendeu a obrigatoriedade do voto do parlamentar em todas as decisões da Casa, como forma de acabar com o “voto escondido”, referindo-se a quem “fica por trás do líder e não assume sua opinião diante do eleitor”.



Jonas Pereira/Agência Senado

Marconi (2º à esq.) se apresentou à CPI há duas semanas, antes de ser convocado

Governador de Goiás depõe hoje à CPI do Cachoeira

Marconi Perillo será questionado sobre a venda da casa onde o contraventor foi preso. Agnelo Queiroz deve ser ouvido amanhã

A COMISSÃO PARLAMENTAR de inquérito (CPI) mista que investiga Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, ouve hoje o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). Ele terá de esclarecer detalhes da venda da casa onde Cachoeira foi preso pela Polícia Federal (PF), em fevereiro, durante a Operação Monte Carlo. Para amanhã, está marcado o depoimento do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT).

Deputados e senadores ainda votarão, na quinta-feira, a convocação do ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot, e do dono da Delta Construções, Fernando Cavendish. Entre os 194 requerimentos aguardando votação, estão também pedidos de quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico de várias empresas.

A CPI já ouviu duas pessoas sobre a compra da casa de Cachoeira: o ex-vereador Wladimir Garcez e o

empresário Walter Paulo Santiago. Ambos dizem que pagaram R\$ 1,4 milhão pelo imóvel. O advogado de Marconi, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que o governador recebeu cheques de Garcez sem preocupar-se de quem eram.

Deputados e senadores também devem fazer perguntas sobre Eliane Gonçalves Pinheiro, ex-chefe de gabinete de Marconi. Segundo a PF, ela mantinha contato com Cachoeira e chegou a receber informações sobre investigações que beneficiavam políticos ligados ao investigado.

Já Agnelo deve ser questionado sobre denúncias de favorecimento à Delta em contratos de recolhimento de lixo em Brasília e região. Nesta semana, o governo local anunciou a rescisão dos contratos com a Delta, alegando que a empresa foi desclassificada de licitação realizada em 2007 e só realizava o serviço graças a uma liminar. Outras duas empresas assumirão os contratos.

Taques requer dados sobre o Banco Cruzeiro do Sul

Pedro Taques (PDT-MT) pediu ontem ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, informações sobre a intervenção do Banco Central no Banco Cruzeiro do Sul. Ele solicita cópias dos processos administrativos, relatórios de fiscalização e o detalhamento dos recursos que serão usados para saneamento.

Na semana passada, o BC colocou o Cruzeiro do Sul no Regime de Administração Especial Temporária (Raet), afastando controladores do banco, que passou a ser administrado pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). A decisão foi anunciada depois de constatado o “descumprimento de



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador questiona os motivos que impediram o BC de intervir antes

normas aplicáveis ao sistema financeiro e da verificação de insubsistência em itens do ativo”, ou, como explicou o senador, a criação de ativos “fantasmas” para mascarar a liquidez da instituição. Para Taques, o que ocorreu foi uma “gestão fraudulenta”. Mesmo sendo uma

instituição de pequeno porte, a estimativa é de que sejam necessários R\$ 4 bilhões para seu saneamento.

— Como essa prática não foi detectada antes, impedindo-se a exposição dos depositantes a um risco desse valor? Que problemas na ação preventiva teriam permitido que este banco pudesse aprofundar fraudes nesse montante? — questionou.

O senador destacou que, somado a irregularidades recentes apresentadas pelo Banco Panamericano e pelo Banco Santos, o episódio demonstra que é preciso avaliar a real capacidade de supervisão e acompanhamento do mercado pelo Banco Central.

Raupp cobra transferência de 20 mil servidores para a União



Moreira Manz/Agência Senado

Valdir Raupp (PMDB-RO) voltou a manifestar sua indignação com a demora do governo em regulamentar a transferência de 20 mil servidores do ex-território de Rondônia para os quadros da União. O senador disse que a transferência virou motivo de humilhação e desmoralização do estado. Segundo ele, ninguém acredita mais que ela vá acontecer.

— Está virando chacota — afirmou.

Raupp informou que o advogado-geral da União, Luís Adams, marcou audiência com a bancada estadual e lideranças dos servidores para hoje.

O senador explicou que os servidores de Roraima e Amapá tiveram esse direito garantido na Constituição de 1988, mas Rondônia não teve o mesmo tratamento. Além disso, o Congresso aprovou em 2009 uma proposta de emenda à Constituição determinando a transferência, mas até hoje não houve a necessária regulamentação pelo governo.

Servidores não têm garantia de aposentadoria, diz Cassol



Moreira Manz/Agência Senado

Ivo Cassol (PP-RO) protestou contra o governo por não assumir a aposentadoria dos servidores públicos do ex-território de Rondônia que serão transferidos para a União. O senador lembrou que proposta de emenda à Constituição transferiu os ex-funcionários do território para os quadros da União, mas foi rejeitada emenda que transferia para a União o pagamento dos aposentados.

— Aqueles que vão se aposentar ficam na insegurança jurídica de quem vai pagar a aposentadoria. A pior coisa que existe na vida pública é quando os agentes públicos assumem um compromisso com a sociedade e não realizam — disse.

Cassol lembrou que outros estados da Amazônia, ex-territórios federais, já foram contemplados com a transferência de seus funcionários para a União e cobrou do governo federal igualdade no tratamento dos estados.

Davim critica MP que reduz salários de médicos

Paulo Davim (PV-RN) manifestou em Plenário, em reunião com a redução salarial para médicos de hospitais públicos, como consequência da Medida Provisória (MP) 568/12.

Editada pelo governo em maio, a MP reajusta o salário de servidores públicos federais, mas aumenta a carga de trabalho dos médicos, de 20 para 40 horas semanais. Com isso, disse Davim, os salários serão reduzidos pela metade.

— A nosso ver, reduzir os vencimentos básicos dos médicos da rede pública em

um país que deveria ter melhor distribuição dos médicos, profissionais mais qualificados e com melhor remuneração, é, sob qualquer pretexto e circunstância, para dizer o mínimo, decisão desprovida de sensatez e de compromisso com o bem comum, reveladora de uma preocupante visão, ou pior, de uma visão nefasta — afirmou.

Na opinião do senador, que é médico, a medida elimina conquistas históricas da classe e de outros trabalhadores, como a insalubridade e a periculosidade.

Davim também alertou para o risco de que as alterações propostas pelo governo venham a desestimular os médicos que trabalham no serviço público, gerando uma onda de pedidos de exoneração, licenças, afastamentos e greves.

O parlamentar lamentou que o governo, em vez de enviar para o Congresso Nacional uma proposta que buscasse corrigir várias distorções existentes na saúde pública, tenha piorado ainda mais as condições atuais com a medida provisória, usurpando direitos conquistados há muitos anos e desestimulando novos profissionais a atuar no serviço público.

Jorge Viana comemora os 50 anos de autonomia do Acre

Jorge Viana (PT-AC) anunciou as comemorações dos 50 anos da autonomia do Acre, que deixou de ser território em 15 de junho de 1962.

O senador lembrou a luta da população do estado pela autonomia, recordando que a primeira revolta durou cem dias e ocorreu em 1910 na cidade de Cruzeiro do Sul. Pouco depois, o mesmo movimento surgiu em Sena Madureira e Rio Branco, todos sufocados pelas tropas federais.

Após intensos debates políticos nas décadas de 1950 e 1960, o então presidente João Goulart sancionou a lei que transformou o território em estado. A partir disso, os acreanos puderam votar e ser votados, estabelecer leis e arrecadar impostos, deixando de viver apenas com os repasses do governo federal.

Ele informou que o Senado realizará sessão solene segunda-feira, em comemoração ao cinquentenário de autonomia do Acre, com a presença do governador do estado, Tião Viana.

Anibal Diniz pede exame do Enem em todo o estado

Anibal Diniz (PT-AC) comunicou que o governo e a Universidade Federal do Acre solicitaram ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Inep) que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) seja realizado em todos os 22 municípios do estado. Hoje, não há exame em Santa Rosa, Jordão e Marechal Taumaturgo.

Ele defendeu também que todos os alunos que concluíam o ensino médio participem do Enem. A obrigatoriedade, justificou, irá acabar com o que chamou de “maquiagem” do resultado, prática de algumas escolas que só encaminham para a prova seus melhores alunos.

Anibal cumprimentou o presidente do Senado, José Sarney, por ter inserido na pauta do Plenário as propostas que extinguem ou limitam o voto secreto, inclusive para os casos de perda de mandato. Ele disse que a sociedade reivindica mais transparência nas decisões do Congresso. Segundo o senador, os representantes do povo devem prestar conta de seus votos.

CCJ vota aumento de pena por exploração sexual de crianças

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota amanhã, em decisão terminativa, o projeto (PLS 495/11) de Renan Calheiros (PMDB-AL) que aumenta as penas para os crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes. A iniciativa amplia a pena de reclusão a quem praticar o crime de submissão de menores de idade à prostituição ou à exploração sexual, inclusive pela internet. A pena, que hoje vai de 4 a 10 anos, passaria a ser de 6 a 12 anos.

O projeto — já aprovado em duas comissões — prevê a colaboração da União, estados e municípios em campanhas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e a criação de selo indicativo para reconhecer práticas que contribuam para o esclarecimento desse tipo de crime.

O relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que também preside a CCJ, é favorável à iniciativa. Ele considera o combate ao turismo sexual um tema “extremamente importante”, que merece prioridade na agenda nacional.

Catador de caranguejo poderá receber seguro-desemprego

O projeto de lei que estende ao catador de caranguejo o seguro-desemprego no período de defeso da espécie pode ser votado amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. A legislação (Lei 10.779/03) já concede o benefício ao pescador como o catador de caranguejo receberia o valor equivalente a um salário mínimo durante os meses em que a coleta fica proibida para permitir a reprodução da espécie.

A relatora do projeto (PLC 53/11), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), argumenta que “tanto o pescador como o catador de caranguejo enfrentam período de desemprego pelo mesmo motivo, sendo justo que ambos sejam amparados pelo seguro social”.

A CAS tem na pauta outros 15 itens, entre eles o PLS 92/06, que trata da responsabilidade civil em acidentes no trabalho temporário ou terceirizado e o PLS 135/10, que fixa o piso salarial dos vigilantes.

Na lei, Libras ajuda surdo a conquistar direitos

Há 10 anos, uma lei federal finalmente reconheceu a língua brasileira de sinais como “meio legal de comunicação”; desde então, os surdos vêm ganhando cada vez mais espaço nas escolas, nas universidades e na sociedade

Ricardo Westin

A PROFESSORA FALA para a turma de dez alunos. Universidade de Brasília (UnB), mestrado em Linguística. Uma parte deles presta atenção à explicação que ela dá. Outra parte dos estudantes, ao contrário, parece ignorá-la. Eles não desgrudam os olhos da jovem que, sem pronunciar uma palavra, freneticamente mexe os braços e as mãos ao lado da professora.

Os alunos do segundo grupo são surdos. A jovem que gesticula é uma intérprete de Libras, sigla de língua brasileira de sinais. É ela quem traduz para a Libras todas as explicações (em português) da professora. E é ela quem traduz para o português as eventuais dúvidas e comentários (em Libras) dos estudantes surdos.

Até a virada do século, aulas desse tipo eram praticamente inconcebíveis no Brasil. Elas vêm se tornando cada vez mais corriqueiras de dez anos para cá.

O que permitiu essa mudança foi uma lei de 2002, assinada por Fernando Henrique Cardoso, que deu à Libras o *status* de “meio legal de comunicação” no país.

Dramático

Na Libras, cada palavra é “dita” por meio de um sinal particular com as mãos.

“Deus” é representado pelo dedo indicador apontando para o alto. “Obrigado” lembra o ato de tirar o chapéu da cabeça. Para “dizer” o verbo “amar”, é necessário fechar a mão na frente do coração.

A língua dos sinais exige um mínimo de talento dramático. Para pedir “desculpa”, é preciso apoiar o queixo sobre a mão fechada, erguer o dedo mínimo e o polegar e — importantíssimo — fazer cara de sincero arrependimento.



Professora (de pé) dá aula para alunos de pós-graduação na Universidade de Brasília: suas explicações são traduzidas para a língua brasileira de sinais por uma intérprete (sentada)

As letras do alfabeto também têm seus sinais. Mas, na Libras, só se soe uma palavra quando ela não conta com um sinal próprio, como os nomes de pessoas.

— Sempre que tenho uma pausa, alongo os braços, as mãos e o pescoço. Existe um desgaste físico quando se traduz uma língua oral (português) para uma língua espaço-visual (Libras) — explica Hayane Leal, a intérprete daquela turma de mestrado da UnB.

Cada país tem sua própria língua de sinais. A do Brasil não é igual à de Portugal (a língua gestual portuguesa), por exemplo.

A brasileira remonta a meados do século 19, quando dom Pedro II autorizou o francês Eduardo Huet a criar no Rio de Janeiro o Colégio Nacional para Surdos-Mudos. A Libras, por isso, tem certo “sotaque” francês.

Aquele colégio pioneiro existe até hoje e é mantido pelo Ministério da Educação, com o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines).

De acordo com o Censo de 2010, vivem no Brasil 2,1 milhões de pessoas com deficiência auditiva severa — pouco mais de 1% da população. O IBGE, porém, não lhes perguntou se usam a Libras para se comunicar.

A lei que dez anos atrás reconheceu a língua de sinais no Brasil

serviu de alicerce para uma série de políticas públicas.

Em 2005, Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto obrigando todas as universidades e colégios federais a manter um intérprete nas salas de aula em que houver aluno surdo.

É o que fazem a Universidade de Brasília e outras 40 federais em todo o Brasil.

O intérprete de Libras é tão imprescindível para o aluno surdo quanto a escola com rampas é importante para o cadeirante e os livros em braile são fundamentais para os cegos.

Assistencialismo

O mesmo decreto de 2005 estabeleceu que os cursos de formação de professores (pedagogia, letras, matemática etc.) e os de fonoaudiologia, tanto públicos quanto privados, devem incluir lições de Libras em suas grades curriculares.

Segundo o Ministério da Educação, 700 cursos de formação de professores e 60 de fonoaudiologia cumprem a determinação. Além da educação, o decreto também fala dos direitos dos surdos à saúde.

— Antes, tinha-se uma visão assistencialista. O surdo tinha de ser mantido em casa e dependente da família. Com as garantias

da nova legislação, ele passou a ver maiores possibilidades de construir seu próprio caminho, assumir responsabilidades, ser um cidadão ativo na sociedade — afirma Marcos Antônio de Sousa Júnior, diretor da regional Minas Gerais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis-MG).

Outros avanços notáveis ocorreram no Brasil ao longo da última década. Escolas de idiomas passaram a ensinar a língua dos surdos para alunos ouvintes. O Ministério da Educação criou um exame oficial de proficiência nessa língua.

Em igrejas de diversas denominações, já é relativamente comum ver intérpretes no altar traduzindo as palavras de padres e pastores. Prefeituras como as de Vitória e Guarulhos (SP) ensinam a Libras a seus guardas municipais. Há até autoescolas especializadas em ensinar os surdos a dirigir.

No Senado, quatro intérpretes traduzem do português para a Libras, em tempo real, as audiências públicas realizadas pelas comissões de Direito Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) e as sessões solenes do Plenário.

Nas visitas guiadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, os surdos podem ser acompanhados

por um desses intérpretes.

Oralização

Dois projetos de lei em tramitação no Congresso propõem aumentar o alcance da Libras.

A Câmara dos Deputados analisa um projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que obriga todos os colégios do país a utilizar a língua dos sinais com seus estudantes surdos (PLS 14/07).

O Senado estuda uma proposta da ex-senadora Ideli Salvatti que transforma a Libras em disciplina obrigatória nas escolas públicas e particulares (PLS 180/04).

Assim, o Brasil caminha para enterrar de vez a tendência que existia até pouco tempo atrás de “oralizar” os surdos à força, isto é, fazer com que eles aprendessem, a todo custo, a falar e a ler os lábios. Apesar de saber o português ser importante, nem todos têm aptidão para a oralidade.

— Estudei num colégio onde as freiras batiam com palmatória e amarravam as mãos dos surdos que eram flagrados se comunicando com sinais — lembra Ziza Guimarães, que hoje tem 35 anos e trabalha como professora de matemática e física de alunos surdos numa escola pública do Distrito Federal.

“Não consigo ver filme nacional no cinema”, diz professor de Libras

“Eu sou Saulo Machado, tenho 26 anos e nasci surdo. Uma das minhas paixões é o cinema. E é justamente no cinema onde mais encontro dificuldades. Os filmes brasileiros não têm legenda. Quando vou ao cinema, sou obrigado a assistir sempre às produções estrangeiras, que são legendadas.

Se me arrisco a ver um filme brasileiro, saio sem entender a história por completo. Eu entendo o contexto geral, mas não os detalhes. Foi o que aconteceu, por exemplo, com *Cidade de Deus*. Pago caro e saio frustrado.

Gostaria muito de ver *Xingu*, mas vou ter de esperar o lançamento em DVD, que tem legendas, e assistir em casa. Mas não é a mesma coisa. A experiência de ir ao cinema é diferente, especial.

Muitas pessoas não sabem como lidar com o surdo. Há pessoas que, para chamar, cutucam. Há pessoas que falam muito rápido. Há pessoas que falam muito devagar. Há pessoas que gritam. Nada disso é necessário.

Fui oralizado: falo e faço leitura labial. Aprendi a Libras depois. Sendo bilíngue, tenho amigos surdos e amigos ouvintes.

Estudei em escola pública. Eu sempre tinha que sentar bem na frente, para poder enxergar os lábios da professora. Mesmo assim, era difícil. Eu precisava ter aulas de reforço para acompanhar a turma.

Hoje tenho dois diplomas — um de letras-ingles e outro de letras-Libras — e faço mestrado em Linguística na Universidade de Brasília. Sou professor de Libras.”

Instrutor de autoescola se especializou em alunos surdos

“Meu nome é Diógenes de Oliveira Costa, tenho 35 anos e sou professor numa autoescola de Brasília. Me especializei em ensinar surdos a dirigir. Aprendi a Libras porque meu chefe pediu. Antes, eu nem sabia o que era a língua de sinais. Achava que os surdos se comunicavam por mímica.

A Libras é uma língua muito interessante. Você tem que realmente viver o que está falando. Se disser que está triste, tem que fazer cara de melancolia. Não é só mexer as mãos. A sua face tem que resplandecer o que você está falando. Para mim, uma das expressões mais engraçadas é ‘festa junina’: você põe as mãos em cima da cabeça e dá uma dançadinha, como se estivesse numa quadrilha.

Muita gente me pergunta se o surdo pode dirigir. É claro que pode! O Código de Trânsito diz que, para receber a habilitação, a pessoa precisa saber ler e escrever e tem de passar nos exames. Eles podem não ouvir a buzina ou a sirene, mas são sensíveis, percebem pela expressão do motorista se ele está buzinando. Quando veem que há um professor na autoescola que sabe Libras, eles se sentem felizes, respeitados.

Hoje me dou conta de o quanto são esquecidos. Se buscam o hospital ou a delegacia, é grande a chance de voltarem para casa sem ser atendidos. Já vi um surdo que havia testemunhado um acidente ser chamado de louco pelos policiais porque simplesmente não entendiam o que ele dizia. É triste. Eles, como qualquer um, merecem respeito.”

Saiba mais

Dicionário de Libras
<http://bit.ly/10Ug08>

Curso superior de Libras
<http://bit.ly/91FW3T>

Instituto Nacional de Educação de Surdos
www.ines.gov.br

Veja as edições anteriores do *Especial Cidadania* em www.senado.gov.br/jornal



A estudante de pós-graduação da UnB Daniela Prometi ensina como se diz em Libras “Deus”, “amar”, “brincar”, “Senado” e “Câmara dos Deputados”: a língua brasileira de sinais exige movimentos com os braços, as mãos e a cabeça e expressões com o rosto

Sugestão foi aprovada pela comissão de juristas encarregada de anteprojeto do novo Código Penal, que ontem teve a última rodada de trabalho antes da votação de seu relatório

Sequestrador arrependido poderá ficar livre

QUEM PARTICIPAR DE ação de sequestro para fins de extorsão, mas depois se arrepender e denunciar o crime, com isso facilitando a libertação da vítima, poderá ficar livre de cadeia. Conforme sugestão aprovada ontem pela comissão de juristas encarregada de elaborar anteprojeto do novo Código Penal, o Ministério Público (MP) poderá decidir pelo arquivamento da investigação e não denunciar o envolvido.

— A grande preocupação é com a vítima. Hoje, o sujeito que colaborou com o sequestro, mas delata a própria quadrilha e permite a libertação da vítima já tem redução de pena. Mas isso é insuficiente porque que ele vai cumprir a pena reduzida junto com os outros que foram delatados, o que não costuma dar certo — justificou o relator da comissão, o procurador da República Luiz Carlos Gonçalves.

Exceto por essa mudança, nada muda na figura do crime de extorsão mediante sequestro. Quem sequestrar alguém continuará sujeito a prisão de 8 a 15 anos. Se da ação resultar lesão grave na vítima ou em terceiros, o período de reclusão poderá variar de 16 a 24 anos. No caso de morte,



Marcelo Leonardo, Tércio Lins e Silva e Juliana Belloque na reunião de ontem, que debateu os crimes contra o patrimônio

os envolvidos podem pegar pena de 24 a 30 anos.

Ao definirem o tratamento para crime de roubo — caracterizados pelo uso de violência ou grave ameaça —, os juristas optaram pelo redimensionamento geral das penas, permitindo o enquadramento das ações menos ofensivas em prisão de 3 a 6 anos. Hoje, a pena vai de 4 a 10 anos.

O roubo qualificado incluirá delitos em que há o envolvimento de mais de um agente ou quando a violência ou grave ameaça é exercida com armas. A pena será de prisão entre 4 e 8 anos.

Foi ainda enquadrado como roubo qualificado o que for praticado contra vítima em

serviço de transporte de valores, na hipótese em que o autor tiver conhecimento desse fato, ou quando o crime for cometido no interior de residência ou de habitação provisória, como um hotel.

Além disso, os juízes poderão aplicar um aumento sobre a faixa anterior de 4 a 8 anos, entre um quarto e um terço do tempo, em três hipóteses: se o autor mantiver a vítima em seu poder; se o bem subtraído for veículo com a finalidade de transporte para outro estado ou país; e se houver emprego de explosivo ou outro meio que cause perigo comum.

Para as ações ainda mais danosas, em que o roubo provoque lesão corporal grave

em qualquer grau, na vítima ou em terceiros, deverá ser mantida a pena do código atual: reclusão entre 7 e 15 anos. Se o roubo resultar em morte da vítima ou terceiros, permanece a previsão do atual código: cadeia de 20 a 30 anos.

Em abril, os juristas já haviam deliberado sobre o crime de furto, o mais simples dos crimes patrimoniais, com solução para permitir redução da hipótese de encarceramento e até permitir a extinção da punibilidade se a vítima aceitar acordo com o autor.

Arma de brinquedo

Também foi aprovada sugestão da defensora pública Juliana Garcia Belloque para

criação de uma nova figura penal, o “roubo sem violência real”. São as ações em que a coisa subtraída for de pequeno valor e o meio empregado for “inidôneo para ofender a integridade física da vítima nem causar-lhe dano psicológico relevante” — como o roubo com arma de brinquedo.

Haverá nessas situações a possibilidade de redução de um sexto a um terço da pena básica de roubo (3 a 6 anos).

Outra inovação definida ontem foi equiparar ao roubo o crime praticado para a obtenção de coisa alheia em que os agentes obrigam a vítima, mediante violência ou após reduzir sua capacidade de resistência, a revelar senha, código ou segredo. A chamada saidinha bancária será punida com pena básica de roubo: 3 a 6 anos.

A rodada de trabalhos de ontem foi a última antes da votação do relatório final, marcada para a próxima segunda-feira. A previsão é de que o texto final do anteprojeto e sua justificativa sejam entregues até o dia 25. No dia 27, haverá uma solenidade para marcar o fim dos trabalhos da comissão, presidida pelo ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Comissão de juristas propõe mais rigor contra a prática de estelionato

Os juristas deram atenção especial ontem ao crime de estelionato. Para o relator, Luiz Carlos Gonçalves, o estelionato “tem algo a mais, porque a vítima se sente enganada até em seu patrimônio moral”.

Segundo o advogado Emanuel Mesias Cacho, o estelionato permite que alguns consigam milhões fraudando em pouca quantia um número muito grande de pessoas simples. O desembargador José Muiños Piñeiro Filho assinalou que os golpistas evoluíram suas técnicas ao longo dos anos.

Pela proposta da comissão, a pena para o crime permanecerá entre 1 e 5 anos de prisão. No entanto, poderá

haver aumento de até dois terços, enquanto o código atual prevê apenas um terço. A pena será aumentada se o crime for contra número considerável de vítimas ou contra criança, adolescente, deficiente mental ou idoso.

Os juristas brincaram com o número do artigo que trata do estelionato. Com a supressão de parte do texto legal, o artigo será renumerado e deixará de ser 171, número conhecido popularmente como símbolo de enganação.

A comissão também tratou dos crimes de dano ao patrimônio — incluindo o público —, receptação e usuração (como invasão de propriedade e alteração de limites rurais).

Trabalho escravo e racismo devem entrar na lista dos crimes hediondos

Redução de trabalhadores à condição análoga à de escravos, tráfico de pessoas, financiamento do tráfico de drogas, racismo e crimes contra a Humanidade foram incluídos pela comissão entre os crimes hediondos. A proposta que também colocava a corrupção nessa lista foi rejeitada.

— Estourei dois ou três cativeiros. O que eu vi ali era um navio negreiro — disse o relator, Luiz Carlos Gonçalves, lembrando sua participação em ações do Ministério Público contra o trabalho escravo.

O advogado Antônio Nabor Bulhões divergiu do relator, considerando que esse tipo penal não cabe na definição

de crime hediondo. O projeto estabelece pena de 4 a 8 anos para a prática.

Também foi aprovada proposta que revoga o Título 4 do código, sobre crimes contra a organização do trabalho. O advogado Tércio Lins e Silva definiu o título como “herança do fascismo emprenhada no Código Penal”.

Foram discutidos ainda artigos do Código Penal que tratam de perigo de contágio venéreo e de doença grave, maus-tratos e rixa. O relator propôs pena de 6 meses a 3 anos a quem “promover ou participar de confronto entre grupos”, agravando-se para 1 a 4 anos em caso de “confronto entre grupos ou facções organizadas”.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão sobre pacto federativo propõe “regime extremamente duro” para acabar com a guerra fiscal. *Royalties* e partilha de recursos devem ser definidos no dia 25

Incentivo fiscal deve ter aprovação de outros estados, sugerem especialistas

ISENÇÕES, INCENTIVOS OU benefícios fiscais dados pelos estados para atrair empresas deverão ficar sujeitos à concordância de todas as unidades da Federação, sob presidência do ministro da Fazenda. Com o objetivo de acabar com a guerra fiscal do ICMS entre os estados, essa é uma sugestão que foi dada ontem pela comissão de especialistas que analisa questões federativas. O colegiado também avançou no debate sobre dívidas dos estados e no dia 25 deve concluir outros dois assuntos polêmicos: *royalties* do petróleo e partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Esses foram os quatro temas escolhidos pela comissão como prioridade para estabelecer um novo equilíbrio entre os estados.

Segundo o relator do colegiado, o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, busca-se um texto que institua um “regime extremamente duro” que impeça os 26 estados e o Distrito Federal de concederem benefícios fiscais ilegais no ICMS, um dos principais instrumentos usados na chamada guerra fiscal entre estados.

O texto a ser apresentado aos senadores especifica diferenças entre isenções, incentivos e benefícios fiscais. Em casos especiais, a aprovação poderá ser dada por maioria de dois terços das unidades da Federação. A concessão também ficará sujeita à ratificação do Legislativo estadual respectivo, algo que atualmente só ocorre no Rio Grande do Sul e na Bahia. Quem descumprir as normas ficará sujeito a “nulidade do ato e a exigibilidade do imposto não pago ou devolvido” sem prejuízo de outras sanções.

Os membros da comissão demonstraram estar atentos para que a futura lei, ao tentar

pôr fim à guerra fiscal, não acabe criando novos impasses entre as unidades federativas. Eles concordaram que um dos objetivos das mudanças é incentivar a industrialização de estados ainda pouco desenvolvidos, servindo como um “instrumento de desconcentração industrial”.

Assim, de acordo com o texto ainda em discussão, estados com “renda *per capita* inferior à nacional” poderiam conceder um incentivo, benefício ou isenção com a concordância de apenas dois terços das unidades federativas, carecendo ainda de outros requisitos. Essa é uma das pendências.

A comissão especial sobre o pacto federativo foi criada em 15 de março e a previsão é que os trabalhos sejam concluídos em setembro.

O presidente é o ex-ministro do STF e ex-ministro da Defesa Nelson Jobim e tem ainda o economista Bernard Appy, o procurador da Fazenda Nacional Manoel Felipe Rêgo Brandão, o médico Adib Jatene e os professores João Paulo dos Reis Velloso, Luís Roberto Barroso, Paulo de Barros Carvalho, Fernando Rezende, Sérgio Prado, Marco Aurélio Marraffon, Ives Gandra da Silva Martins e Michal Gartenkraut, entre outros.



Everardo Maciel (D) diz que a comissão presidida por Nelson Jobim (2º à dir.) visa disciplinar a competição entre estados

“Guerra fiscal é uma prática inconstitucional”, diz relator

De acordo com Everardo Maciel, a legislação em vigor não diferencia isenção, incentivo ou benefício fiscal, o que tem gerado conflitos quanto às normas para concessão de cada um deles, principalmente em relação ao quórum para aprovação.

— Nossa proposição visa eliminar distorções e tentar disciplinar a competição fiscal, dado que guerra fiscal é uma prática inconstitucional, como bem disse o Supremo Tribunal

Federal — afirmou o relator da comissão de especialistas.

A proposta em discussão mantém a exigência de aprovação unânime pelo Conselho de Política Fazendária (Confaz) para autorização de isenção e benefício fiscal, mas prevê aprovação por maioria absoluta para incentivos fiscais. Os especialistas, no entanto, querem restringir os casos de incentivos fiscais e estabelecer limites para a concessão.

Everardo Maciel explicou que a legislação em vigor já prevê exceções à regra da unanimidade. Segundo ele, os especialistas pretendem “dar um contorno mais moderno às exceções hoje existentes na lei”.

— Estamos tentando primeiro conceituar o que é isenção, o que é incentivo e o que é benefício, para então associar, conforme prevê a Constituição, a forma pela qual vai se deliberar sobre cada um deles — explicou.

Em relação às dívidas com a União, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul concentram 90% dos valores renegociados e lideram movimento pela mudança do índice.

A comissão foi criada pelo presidente do Senado, José Sarney, depois de apresentado requerimento de autoria de Pedro Taques (PDT-MT) e reclamações frequentes de outros senadores sobre o desequilíbrio federativo no Brasil.

IPCA pode passar a indexar dívidas com a União

A substituição do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) como indexador das dívidas dos estados com a União foi consenso entre os especialistas na reunião de ontem, por ser considerada a alternativa mais simples.

Pela proposta, passaria a ser adotada taxa fixa de 3% ao ano, metade dos juros cobrados hoje no pagamento das dívidas estaduais. Os especialistas discutem a redução — dos atuais 13% para no máximo 11% — do índice de comprometimento da receita líquida real dos estados com o pagamento.

Também pode ser alterado o prazo para pagamento. Os contratos entre estados e União, com base na Lei 9.496/97, preveem pagamento em até 30 anos. Após esse período e havendo valores residuais, a lei prevê mais dez anos para quitação. Na proposta dos especialistas, esse prazo pode desaparecer, ficando estabelecido o pagamento conforme o limite de comprometimento, no tempo necessário.

A proposta é semelhante a projeto (PLS 86/12 — Complementar) apresentado por Francisco Dornelles (PP-RJ), mas ele propõe que o novo indexador seja aplicado retroativamente à data da assinatura do contrato.

A dívida total dos governos estaduais, sem contar as estatais, somava quase R\$ 453,5 bilhões em dezembro de 2011, conforme texto do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado. Quando descontados os créditos que os estados têm a receber, a dívida líquida cai para R\$ 404,6 bilhões, sendo a União credora de 90% desse total.

Luiz Henrique quer mudar escolha de procuradores-gerais

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu ontem, em discurso, mudança na Constituição para assegurar



O senador disse que, quando o governador não escolhe o mais votado da lista tríplice apresentada pelo

MP, levantam-se suspeitas sobre a atuação do procurador, única autoridade responsável por propor ação civil contra os chefes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário estaduais.

MP, levantam-se suspeitas sobre a atuação do procurador, única autoridade responsável por propor ação civil contra os chefes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário estaduais.

Pinheiro cobra solução para dívida de estados e municípios

Walter Pinheiro (PT-BA) pediu solução para as dívidas dos estados e municípios com a União, que somam



R\$ 453 bilhões. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são responsáveis por 90% do total, informou.

O senador lembrou que várias propostas

alterando a forma de correção dessa dívida estão em tramitação no Senado. O parlamentar citou a sugestão de

Francisco Dornelles (PP-RJ) que muda a correção para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 3% ao ano, muito mais próxima de resolver o problema na opinião de Pinheiro.

Blairo pede renegociação da dívida de Mato Grosso

Blairo Maggi (PR-MT) pediu que a presidente Dilma Rousseff refinancie a dívida de Mato Grosso com prazos



mais longos e juros mais baixos. Ele afirmou que os juros atuais, de 16% ao ano, são abusivos e tornam a dívida impagável.

— Quando assumi o governo do estado, em 2003, tínhamos uma

dívida de R\$ 6 bilhões. Pagamos R\$ 5,39 bilhões e, em dezembro de 2010, quando terminou meu mandato, ainda devíamos R\$ 4,99 bilhões — protestou o senador.

Blairo disse que Mato Grosso proporá juros de 5% ao ano mais variação cambial para o pagamento de R\$ 1 bilhão dos R\$ 5 bilhões.

Entre 2010 e 2012, país caiu do 38º para o 46º lugar no *ranking* internacional preparado anualmente por uma organização suíça. Senador acredita que uma das razões é o excesso de burocracia estatal

Cai a competitividade do Brasil, alerta Ciro Nogueira

CIRO NOGUEIRA (PP-PI) registrou ontem a queda de duas posições do Brasil no *ranking* de competitividade internacional da escola de administração suíça IMD. O país vinha subindo na lista entre 2007 e 2010, mas em 2011 caiu do posto 38º para o 44º. Agora foi ultrapassado por Hungria e Lituânia, chegando ao 46º.

Este ano, as primeiras posições são ocupadas por Hong Kong, Estados Unidos, Suíça, Cingapura e Suécia. Entre os países da América Latina, o Brasil ficou atrás de Chile, Peru e México. São avaliados 59 países para medir a competência de cada um deles na criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento dos negócios aferindo a eficiência do governo, a eficiência empresarial,



Ciro propõe que o relatório seja utilizado para reverter tendência

a performance econômica e a infraestrutura. O Brasil perdeu pontos por conta da redução de ritmo da economia e pelos aumentos da inflação e do custo de vida.

Para o senador, é importante utilizar as informações do relatório para tornar o Brasil mais competitivo. Segundo o documento, a posição brasileira foi influenciada por fatores como

fluxo de capitais, finanças públicas, taxas de câmbio, custo de vida e exportações com valor agregado, mas também por aspectos relacionados à infraestrutura. Mesmo com os investimentos patrocinados pelo governo, como a Ferrovia Transnordestina, ainda há carências, disse Ciro.

Para o senador, a burocracia é um grande entrave à competitividade do país.

— Entre os 183 países pesquisados, o Brasil está à frente apenas de quatro quando se calcula o tempo exigido para a abertura de uma empresa. Eis aí outro vilão, tão prejudicial quanto a carência de infraestrutura: o excesso de burocracia estatal, sempre nocivo àqueles que desejam empreender — lamentou.

Agripino critica fragilidade da economia

José Agripino (DEM RN) apontou ontem para a fragilidade da economia brasileira.

— Só com a mudança do câmbio, o Brasil despencou de quinta para sétima ou oitava economia do mundo, sem mudar nada aqui dentro. Ou seja, é uma situação absolutamente artificial — afirmou.

O senador acredita que a fragilidade se deve ao fato de o país subsidiar compras com crédito consignado, tornando-se caro. Para ele, o Programa Bolsa Família é insustentável.

— É uma simples doação em que as pessoas não mantêm a capacidade daquela renda pelas suas próprias iniciativas. É uma coisa artificial — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Agripino citou ainda a alta inadimplência em função do crescimento da oferta de crédito por parte do governo.

— Quanto mais você empresta sem aumento de renda, mais as pessoas perdem a condição. Se continuam a comprar, perdem a condição de pagar — disse.

Ele destacou uma queda no fluxo de investimentos no Brasil, acrescentando que a crise espanhola deve ser um alerta.

— Se o governo do Brasil adota posturas responsáveis, tem a obrigação de botar uma lupa no que está acontecendo na Espanha. Nessa crise, o remédio que o Banco Central, que os órgãos de controle da

zona do Euro estão impondo à Irlanda, a Portugal, à Grécia e que vão impor à Espanha, para que os empréstimos aconteçam, é o cinto apertado. Isso significa disciplina de gastos públicos — ressaltou.

O senador disse que o Brasil arrecada muito, mas não gasta corretamente, e apontou a necessidade de o país “apertar o cinto” pela qualificação do gasto público para conseguir dinheiro para investimentos.

— Não vejo nenhuma atitude firme do governo com relação ao corte do gasto público. Quanto mais o Brasil for um país caro, perdulário, menos competitivo será, e mais próximo estaremos do que está passando hoje a Espanha — alertou Agripino.

Brasil não deve investir em aeroporto na África, diz Alvaro



Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou financiamento do BNDES à construção de um aeroporto em Gana. O empréstimo será US\$ 174 milhões (R\$ 354 milhões).

— Enquanto o Brasil anuncia o financiamento de aeroporto em Gana, os aeroportos brasileiros estão em situação de pré-colapso — disse.

O investimento em infraestrutura em outros países, para o senador, não se justifica quando o que é investido aqui fica abaixo dos 2% do produto interno bruto. Para ele, o Tribunal de Contas da União precisa se manifestar.

Alvaro afirmou que as empreiteiras vêm cooptando governos de países menos desenvolvidos para obras de infraestrutura com financiamento do BNDES. Esse tipo de acordo, segundo o parlamentar, favorece a corrupção e gera “propinodutos” em outros países.

Russo quer trecho da Ferrovia Norte-Sul em MS

Antonio Russo (PR-MS) defendeu ontem a construção de trecho da Ferrovia Norte-Sul em seu estado. Segundo o senador, o trecho favorecerá uma região produtora que necessita de infraestrutura.

— Vemos no traçado que passa pelos municípios sul-mato-grossenses uma oportunidade ímpar de impulsionar o desenvolvimento econômico e social e de promover ainda mais a interiorização do Brasil — afirmou.

O traçado defendido pelo senador se refere ao trecho entre Estrela d’Oeste (SP) e Panorama (SP). Para ele, a ferrovia deveria passar pelos municípios sul-mato-grossenses de Aparecida do Taboado, Selvíria, Três Lagoas e Brasilândia, todos próximos à divisa com São Paulo, a leste.



Marcos Moraes/Agência Senado

Braga elogia medida que beneficia a Zona Franca

Eduardo Braga (PMDB-AM) elogiou ontem a presidente da República, Dilma Rousseff, pela retificação do Decreto 7.742/12, que reduziu as alíquotas de cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o setor de bebidas.

O decreto reduzia de 27% para 17% o IPI para fabricação de bebidas, prejudicando a competitividade do setor instalado na Zona Franca de Manaus. Após protestos da bancada amazonense, Dilma alterou o decreto, passando a redução de 27% para 20%.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador assinalou que 98% da Floresta Amazônica brasileira estão preservados devido ao vigor da atividade econômica no Polo Industrial de Manaus.

Ele reafirmou o compromisso de defender a maior floresta tropical do mundo e de garantir os direitos dos amazônidas. Braga lembrou que, durante seu primeiro mandato como governador, em 2004, criou nove áreas de conservação, com diferentes propostas de manejo, visando frear o desmatamento e a grilagem de terras.

Nascimento pede que Dilma recupere a rodovia BR-319



Waldemir Barreto/Agência Senado

A decisão do governo de cancelar o repasse de R\$ 90 milhões para a recuperação da BR-319

foi criticada ontem por Alfredo Nascimento (PR-AM).

— A presidente Dilma Rousseff comprometeu-se ainda em campanha a acompanhar a reconstrução da BR-319, remover os obstáculos e concluir a obra. Espero que ela assuma para si a responsabilidade de concluir essa obra — afirmou.

O cancelamento do repasse ocorreu porque o projeto continua sem licenciamento ambiental. Nascimento recordou que se esforça pessoalmente em prol da rodovia desde quando ocupou a pasta dos Transportes no governo do presidente Lula e disse conhecer o projeto como a palma de sua mão.

Casildo cobra incentivos para turismo catarinense



Waldemir Barreto/Agência Senado

Casildo Maldaner (PMDB-SC) cobrou investimentos federais que permitam a expansão da atividade tu-

rística em Santa Catarina. Ele lamentou a falta de investimento nas rodovias e na ampliação dos aeroportos.

A carga tributária é outro fardo, disse o senador, lembrando que apresentou projeto de lei alterando o Simples Nacional, de forma a permitir a inclusão de micro e pequenas cervejarias e vinícolas.

Casildo fez um convite aos brasileiros para que conheçam o inverno catarinense, que está começando, e lamentou que o Brasil não explore seu potencial para o turismo.

— Mandamos divisas para o exterior por meio das viagens dos brasileiros, mas não recebemos dos visitantes na mesma medida — comparou.

Sérgio Souza defende juro reduzido para agricultura

Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu a redução dos juros praticados nos financiamentos ao setor agropecuário, tema a ser debatido na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Como o Ministério da Agricultura está prestes a lançar o Plano Safra de 2012 e 2013, Souza disse que considera importante incentivar a produção rural.

— É fundamental que façamos uma reunião antes do lançamento do plano. Assim poderemos assegurar aos produtores menores taxas



Waldemir Barreto/Agência Senado

de juros nas novas linhas de financiamento — afirmou.

Souza citou dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, segundo os quais, em 2011, o produto interno bruto (PIB) do agronegócio (5,73%) cresceu o dobro do PIB brasileiro (2,7%).

Para o debate foram convidados os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, e representantes do Banco do Brasil, da agroindústria, das cooperativas e dos trabalhadores rurais.